

INTERESSES ESTRATÉGICOS EM ENERGIA E MATÉRIAS-PRIMAS: GÁS E PETRÓLEO, URÂNIO E NIÓBIO

Herman Cuellar*

Resumo

O pensamento de teóricos de geopolítica pode se refletir no planejamento estratégico de um país e em suas concepções de projeção de poder. A atuação do americano-polonês Zbigniew Brzezinski é apresentada como exemplo histórico dessa influência na política externa dos Estados Unidos da América (EUA), a qual veio a concretizar-se como interferência em outros países, com objetivos políticos e econômicos conexos a um conceito de poder global, vinculado à garantia de acesso a energia e matérias-primas vitais. A análise de estudos atuais sobre novos recursos energéticos e matérias-primas (como urânio e nióbio) pode indicar interesses estratégicos futuros de países como os EUA e apontar potenciais riscos e oportunidades para o Brasil.

I Introdução

As linhas mestras das correntes de pensamento estratégico predominantes em uma nação em um determinado momento histórico podem ser observadas nas obras teóricas de seus principais formuladores de políticas e nas dos grupos sociais a que estão associados (academia, partidos políticos, forças armadas, indústrias), bem como em suas ações enquanto assessores diretos dos tomadores de decisão nos escalões mais altos de uma sociedade política.

Os eixos estratégicos e diretrizes de ação formulados ou sugeridos nesses documentos – ensaios, livros, artigos, pareceres, relatórios - permitem vislumbrar, às vezes com décadas de antecedência, esboços de políticas de projeção de poder de países que, por seu maior peso específico na are-

na geopolítica mundial, são capazes de alterar os rumos da economia, das relações internacionais e mesmo da História da Humanidade. Adaptado o ensinamento de Golbery, teremos que o acompanhamento sistemático da geopolítica pode servir como instrumento de “análise da conjuntura mundial sobre a base do interesse nacional” (SILVA, 1967).

Historicamente, variados discursos ideológicos foram utilizados para dissimular interesses geopolíticos de longo prazo de potências mundiais, cuja execução significou projeção de poder real sobre outros povos e nações, muitas vezes com o emprego de força. O acompanhamento sistemático das necessidades vitais e da doutrina estratégica de países de interesse do Brasil pode constituir fer-

* Advogado.

ramenta de análise do desenvolvimento de políticas e doutrinas estrangeiras que apresentem o potencial de se projetarem sobre o País, nos campos econômico, diplomático ou militar.

2 Brzezinski: Arco de Crise e Al Qaeda

Zbigniew Kazimierz Brzezinski, cientista político e geoestrategista norte-americano, nascido na Polônia, tem sido um dos principais formuladores de doutrinas estratégicas voltadas para a projeção do poder nacional dos Estados Unidos da América (EUA) em outros pontos do globo, desde a década de 1960 até a atual presidência de Barack Hussein Obama.

Em 1978 - na posição de conselheiro de Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter e lastreado em seu profundo conhecimento da composição multiétnica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) - Brzezinski propôs a execução de uma estratégia anti-soviética na região compreendida entre a Indochina e a África, a qual denominou de "Arco de Crise". O foco dessa interferência seriam os países que compreendiam a fronteira sul da Rússia, entre o subcontinente indiano e a Turquia, e a região entre a Península Arábica e o Chifre da África.

A proposta contemplava ações de interferência externa com o objetivo de ampliar condições de instabilidade já existentes em determinados países dessa região, forçando a potência soviética a desgastar-se em ações para manter o controle em suas fronteiras. Brzezinski logrou convencer o presidente Carter de que um "Arco Islâmico" poderia ser em-

pregado no "Arco de Crise" para conter os soviéticos. Dessa forma, a partir de julho de 1979, foram iniciadas operações de Inteligência centradas no Afeganistão, cujo principal instrumento foi a constituição, financiamento e apoio logístico de uma extensa rede constituída por grupos e indivíduos fundamentalistas islâmicos, em especial, da vertente wahabita, originária da Arábia Saudita (SCOTT, 2007, p. 62, citado por MARSHALL, 2010).

Para o Brasil, a questão não está no domínio das fontes produtoras, mas no conhecimento estratégico da situação e na busca de participação no processo de desenvolvimento de interesses econômicos [...]

No início dos anos 1980, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, vinculado à Organização da Conferência Islâmica (OCI) e sediado em Jeddah, Arábia Saudita, adquiriu nos EUA um novo sistema computadorizado para atender a suas demandas de contabilidade e de comunicações seguras. Uma parte desse sistema foi utilizada para abrigar uma base de dados (*database*), a ser compartilhada pelos países-membros da OCI, entidades e pessoas a quem fosse dado acesso. A base de dados era chamada "Q eidaat ilmu ti'aat", ou, de forma mais curta, "Q eidaat" (base) ou "Al Qaida" ("A Base") (BUNEL, 2005). A rede de comunicações proporcionada por essa "Al Qaida" permitiu o contato entre os indivíduos que se tornaram *mujahedeen* no Afeganistão, suas famílias na Arábia Saudita ou em outros países, bem como um fluxo

seguro de mensagens entre os grupos e organizações que lutavam contra os soviéticos (inclusive serviços de Inteligência, como o paquistanês).

A estratégia de criar um “Vietnã russo” obteve êxito e as tropas soviéticas retiraram-se do Afeganistão em 1989. Em conjunto com outros fatores econômicos e políticos, a derrota militar ampliou as condições que levaram à desintegração da URSS.

3 A Rota da Seda e o Grande Tabuleiro de Xadrez

De modo quase absoluto, as principais rotas comerciais mundiais dos últimos mil anos foram marítimas, seja em relação à Europa, aos EUA ou ao Extremo Oriente. Entretanto, em um determinado período da História, uma das principais rotas econômicas e culturais que conectaram civilizações passou ao longo de milhares de quilômetros de montanhas, desertos e estepes: por quase quatro mil anos, (principalmente a partir do século 3 a.C.) a Rota da Seda conectou uma dúzia de culturas humanas diferentes nas corcovas de camelos transportando seda, ouro, incenso e rumores entre o Oriente Médio, a Ásia Central, a China e o Levante. O próprio termo “Rota da Seda” (*die Seidenstrasse*) foi usado pela primeira vez pelo geógrafo alemão Barrão Ferdinand von Richthofen, por volta de 1905, devido ao fato de a seda ter sido um dos principais produtos aí presentes nesse período. Por esse caminho também fluíram religiões - Cristianismo, Budismo, Gnosticismo, Hinduísmo e Islamismo - influenciando grandes civiliza-

ções, como a Pérsia, a Índia e a China (FERGUSON, 2002).

A Rota da Seda cruzava territórios que hoje pertencem a países como Afeganistão, Cazaquistão, Turcomenistão, Índia e China. No caminho, a bacia do Mar Cáspio, berço dos campos petrolíferos de Tengiz e Kumkol, no Cazaquistão, e das gigantescas reservas de gás do Turcomenistão. Onde antes camelos carregavam seda, gasodutos e oleodutos hoje transportam energia em estado bruto, compondo conexões energéticas vitais para os interesses de vários países.

No contexto dessa geopolítica dos oleodutos, desenrola-se grande embate de interesses de nações e grupos econômicos, incluindo os da única potência externa à região, os EUA e, em menor medida, também o Brasil. O País já possui alguma presença desde o final de 2008, com a inauguração do posto do Ministério das Relações Exteriores brasileiro em Astaná, capital do Cazaquistão. O perfil da presença brasileira, no entanto, é diferente do das potências ocidentais. Para o Brasil, a questão não está no domínio das fontes produtoras, mas no conhecimento estratégico da situação e na busca de participação no processo de desenvolvimento de interesses econômicos, como, por exemplo, com a oferta da tecnologia nacional de prospecção e produção de petróleo em águas profundas, dominada pela Petrobras. De acordo com Ribeiro da Silva, “o Brasil deve continuar à procura de uma aproximação no setor de energia com o Cazaquistão, o Turcomenistão e o Uzbequistão porque o país

terá condições de colher bons frutos com esse acercamento” (SILVA, 2011).

Prosseguindo no caminho das doutrinas relativas ao “Grande Jogo” da Ásia Central, estrategistas norte-americanos teorizaram as vantagens de exercer a supremacia nessa região. Em 1997, Brzezinski publicou “O Grande Tabuleiro de Xadrez – Supremacia Americana e seus Imperativos Geoestratégicos” (*The Grand Chessboard – American Primacy and its Geostrategic Imperatives*), onde descreveu os fundamentos para a adoção de uma política externa norte-americana que fosse capaz de impor, pelo conjunto de sua superioridade militar, tecnológica e econômica em relação a todas as demais nações do globo, a supremacia sobre o pivô terrestre da Ásia Central, também denominado Eurásia.

Tal empreendimento nacional seria, segundo o autor, uma espécie de exercício de imperialismo necessário em razão de uma janela de oportunidade histórica para a afirmação do poder global dos EUA. Com o esfacelamento da URSS, novos Estados independentes surgiram na região: Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Quirguistão (ou República Quirguiz), na Ásia Central, bem como Geórgia, Armênia e Azerbaijão entre os mares Cáspio e Negro. Todos ávidos por negociar seus preciosos recursos energéticos, isto é, estariam em um momento político propício a estabelecer novas parcerias, mesmo que a influência russa permanecesse forte e houvesse também um aumento acentuado das influências de China, Turquia, Irã, Paquistão e Arábia Saudita.

Em “O Grande Tabuleiro de Xadrez” (1997), Brzezinski explica que as nações da Ásia Central (“Balcãs Eurasianos”) são vitais do ponto de vista das ambições históricas e de segurança de pelo menos três das potências regionais, Rússia, Turquia e Irã, com a China sinalizando um crescente interesse político na região (em 1997). Na obra, argumenta-se que a principal importância dos “Balcãs Eurasianos” reside em suas potencialidades econômicas, isto é, as reservas de petróleo e de gás natural - em especial, na região do Mar Cáspio - além de minerais estratégicos. O interesse primário da América seria garantir que nenhuma potência (além dos EUA) tivesse controle sobre esse espaço geopolítico (Eurásia) e que a comunidade econômica e financeira ocidental tivesse acesso irrestrito a ele.

Interessa, então, aos EUA não apenas diversificar suas fontes de energia, como também antecipar-se aos movimentos de seus adversários geopolíticos.

Brzezinski admite que uma política de poder com fins imperiais de controle não seria fácil de ser “vendida” ao eleitor (e contribuinte) norte-americano (e mesmo a alguns setores políticos e militares), uma vez que implicaria, necessariamente, em aumento nos gastos com defesa e em baixas humanas. Nesse ponto, o estrategista explica que, no entanto, tal condição seria passível de ser revertida mediante uma situação de “súbita ameaça”:

“[...] a busca de poder não é um objetivo que lidere a comoção popular, exceto em

condições de súbita ameaça ou desafio à noção pública de bem-estar doméstico. A auto-renúncia econômica (isto é, despesas militares) e o sacrifício humano (mortes, mesmo entre militares profissionais), necessários nesse esforço, não são congêntos aos instintos democráticos. A democracia é adversa à mobilização imperial." (BRZEZINSKI, op.cit. p.36)

4 Energia e o oleoduto trans-afegão

A principal região provedora de energia para a economia norte-americana tem sido tradicionalmente o Golfo Pérsico. É nessa região que, desde o início do século XX, as grandes companhias petrolíferas, com apoio político, diplomático, militar e de Inteligência se estabeleceram nos países detentores dessas reservas estratégicas e, a partir de então, configuraram boa parte dos rumos da História mundial.

Desde 1973, entretanto, houve significativos reposicionamentos da indústria petrolífera mundial, provocados tanto por fusões e aquisições entre companhias privadas quanto pela emergência de novos atores oriundos de países em desenvolvimento.

Companhias nacionais de petróleo - Saudi Aramco (Arábia Saudita), Gazprom (Rússia), China National Petroleum Corporation, National Iranian Oil Company (Irã), Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), Petrobras e Petronas (Malásia) – passaram a figurar entre os atores (“*players*”) do tabuleiro energético mundial.

Interessa, então, aos EUA não apenas diversificar suas fontes de energia, como também antecipar-se aos movimentos de seus adversários geopolíticos. Diante desse quadro de competição, fica mais

visível o interesse desse país de não apenas garantir pleno acesso ao coração territorial (*Heartland*) da Eurásia como, simultaneamente, posicionar-se militarmente na região de modo a poder influenciar as iniciativas de integração energética de todos os demais *players* desse tabuleiro. Fator-chave neste ponto é o controle dos oleodutos.

Após a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão em 1989, o governo dos EUA alimentou a expectativa de que os Talibãs unificariam rapidamente o país por imposição da força e, em seguida, proporcionariam um ambiente propício a investimentos externos. Executivos da indústria petrolífera norte-americana apostavam que o Afeganistão das madrassas e das burcas logo se tornaria “uma nova Arábia Saudita”: islâmico e intolerante quanto a valores ocidentais, mas um lugar excelente para negócios.

A partir de 1995, o governo Clinton passou a apoiar a Union Oil Company of California (Unocal) na disputa com a companhia argentina Bridas Energy Corporation pela reconstrução de um poliduto que cruzasse o Afeganistão, transportando gás e petróleo do Turcomenistão até o mar da Arábia. A Unocal liderava o consórcio CentGas (Central Asia Gas Pipeline), do qual também participavam as petrolíferas British Petroleum e Delta Oil Company, esta, de propriedade dos clãs sauditas Al-Amoudi e Bin Mahfouz. O banqueiro Khaled Bin Mahfouz havia sido diretor do Banco de Comércio e Crédito Internacional (BCCI), cujas conexões foram utilizadas como pela Central Intelligence Agency (CIA) para enviar dinheiro aos *mujahedeen* no Afeganistão.

Dentre os vínculos existentes entre famílias “petrolíferas” sauditas e norte-americanas: a irmã de Khaled Bin Mahfouz era esposa de um dos membros do clã Bin Laden, Osama; a primeira empresa de George W. Bush, Arbusto Energy, obteve financiamento de James Bath, o qual foi, por muitos anos, o único representante comercial de Salem Bin Laden nos EUA (CHOSSUDOVSKY, 2004).

O relatório basicamente expõe motivos para aumentar os gastos com defesa, argumentando que a liderança dos EUA no mundo deve ser assegurada com base em uma superioridade militar inquestionável.

Em 1998, quando ocorreram os ataques contra as embaixadas dos EUA no Quênia e na Tanzânia, uma organização terrorista chamada “Al Qaeda” foi responsabilizada. Resultado das acusações de apoio ao terrorismo contra o Talibã, o processo de escolha do consórcio para o gasoduto trans-afegão foi interrompido.

5 O Projeto para o Novo Século Americano e um novo “Pearl Harbor”

No outono de 2000, o documento intitulado “Reconstruindo as Defesas da América” foi publicado pela organização privada Projeto para o Novo Século Americano (Project for the New American Century - PNAC). O PNAC se apresenta como uma organização educacional sem fins lucrativos cujo objetivo é promover a liderança global americana. Entre seus membros, alguns viriam a ser

figuras centrais da administração de George W. Bush, como Robert (Dick) Cheney, Donald Rumsfeld e Paul Wolfowitz.

O relatório basicamente expõe motivos para aumentar os gastos com defesa, argumentando que a liderança dos EUA no mundo deve ser assegurada com base em uma superioridade militar inquestionável. Essa superioridade é embasada na chamada “revolução nos assuntos militares”, possível graças aos avanços tecnológicos, mas que exige uma permanente transformação das forças armadas norte-americanas, em um processo longo e lento - e muito caro. No entanto, esse processo poderia ocorrer mais rapidamente se a América viesse a sofrer o impacto de “um evento catastrófico e catalisador - como um novo Pearl Harbor” (PROJECT FOR THE..., 2000, p. 51).

Os eventos de 11 de setembro de 2001 proporcionaram ao governo norte-americano, militares e corporações do setor de defesa dos EUA uma extraordinária oportunidade para colocarem em prática as doutrinas de Brzezinski na Eurásia, estabelecendo uma expressiva presença militar no Afeganistão. Com isso, os EUA criaram condições de projetar poder sobre a região de convergência de oleodutos entre o Irã, a Rússia, a Índia e a China, e, simultaneamente, exercer influência direta sobre diversas ex-repúblicas soviéticas (Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), no Heartland das reservas euroasiáticas de recursos energéticos e matérias-primas – uma autêntica “Estratégia da Rota da Seda” em ação.

6 No futuro: urânio e nióbio

Estrategistas de qualquer país sabem que tanto suas engrenagens econômicas quanto as militares são dependentes tanto de energia quanto de matérias-primas. A observação de determinados estudos permite constatar que os países desenvolvidos não pretendem permanecer dependentes de reservas de combustíveis fósseis.

Há algumas décadas, organismos como a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Associação Nuclear Mundial (World Nuclear Association - WNA) realizam estudos com vistas tanto a catalogar os recursos disponíveis como a desenvolver ciclos de prospecção e produção de elementos combustíveis alternativos, como o urânio: “Urânio – Fontes, Produção e Demanda” (“Red Book”, relatório conjunto da AIEA e da Agência de Energia Nuclear da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento – OECD, redigido desde a década de 1960, várias edições), “Análise de Suprimento de Urânio para 2050” (AIEA, 2001) e “O mercado global do combustível nuclear: oferta e procura 2009-2030” (WNA, 2009).

Há outros elementos combustíveis alternativos igualmente em fase de pesquisa em centros de ciência e tecnologia dos países cujas políticas estratégicas incluem o planejamento para a substituição (ainda que parcial e progressiva) de suas matrizes energéticas. As considerações a respeito da dispersão geográfica e do controle sobre essas matérias-primas já

integram as discussões nos círculos que tratam de energia e minerais estratégicos:

[...] mesmo que a mudança para tecnologias mais limpas possa finalmente solucionar questões de poder geopolíticas, tal otimismo deve ser contemporizado por preocupações sobre a disponibilidade (e concentração) de certos materiais e elementos de terras raras que serão utilizados para construir e fazer funcionar aqueles novos sistemas de energia. Materiais como urânio, disprósio (utilizado em barras de controle para reatores nucleares), índio (encontrado em células fotovoltaicas), platina (catalisadores), lítio e lantânio (usados em baterias), rênio (usado em superligas de níquel-base) e ródio (um material anticorrosivo usado em revestimentos resistentes a altas temperaturas) poderão um dia substituir os combustíveis como commodities estratégicas (com as consequências geopolíticas associadas, para fornecedores e consumidores). (VERRASTRO, 2010.)

A essas discussões se somam os planejamentos referentes à garantia de acesso a matérias-primas de caráter estratégico. Nesse sentido, o seguinte trecho do documento intitulado “*American Resources Policy Network Report*” aborda exatamente a relação entre esses elementos e capacidade de projeção de poder econômico e militar:

“Uma larga gama de metais e minerais não-combustíveis é crítica para nossa base de produção comercial, nossas esperanças de uma transição para uma economia baseada em tecnologia limpa, inovações sustentáveis no setor de alta tecnologia e sistemas de armas avançados que permitam aos nossos militares efetivamente cumprir sua missão de proteger nosso país e projetar o poder americano por todo o planeta. Dessa forma, o acesso a minerais e metais críticos se torna uma questão de segurança nacional.” (MCGOARTY; WIRTZ, 2012.)

Em relação a essas matérias-primas específicas, o mesmo documento apresenta um gráfico intitulado “Pirâmide de Risco”, que representa os minerais críticos e estratégicos em estudos pelo governo dos EUA no que se refere à segurança nacional.

O Brasil é citado em alguns trechos no que se refere à produção de nióbio. Talvez mais significativa seja a nota de rodapé à página 33, onde o relatório aponta que, dentre os vinte principais fornecedores de matérias-primas estratégicas para os EUA, sete países foram listados como “majoritariamente não-livres” na edição de 2012 do Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation, uma instituição privada norte-americana de caráter conservador: Bolívia, Brasil, China, Gabão, Guiné, Indonésia e Rússia.

Na América do Sul, não apenas a Bolívia (com projetos de exploração de lítio no Salar de Uyuni), mas também o Paraguai e a Venezuela apresentam algumas situações significativas relacionadas a esse tipo de matéria-prima. Em 2010, o governo de Fernando Lugo realizou a primeira visita de um presidente paraguaio a Moscou, onde recebeu propostas de exploração de urânio. Na divisa da Venezuela com o estado de Roraima, o planalto das Guianas apresenta as mesmas características geológicas de ocorrência de urânio que outras regiões já em exploração em outros países. Nessa região, há projetos de prospecção de urânio desenvolvidos pela empresa canadense U3O8 Corporation, que já desenvolve outros projetos semelhantes em relação a urânio, vanádio, fosfato e

terras raras na Argentina e na Colômbia. Incidentalmente, governantes da Bolívia (Evo Morales), do Paraguai (Fernando Lugo) e da Venezuela (Hugo Chávez), que estabeleceram relações com países que confrontam os EUA na arena política mundial (como a Rússia e o Irã), têm sido alvos de críticas e denúncias por parte do governo dos EUA.

Nas análises econômicas de longo prazo, o cálculo da relevância dos minerais inclui fatores como projeções de demanda, condições dos locais de produção, estimativas das reservas no solo e índices de governança dos países que controlam a produção. Essa combinação de fatores consta, por exemplo, da “lista de risco” do Serviço Geológico Britânico (British Geological Survey - BGS) - composta por 52 elementos químicos (ou grupos de elementos) - que agrega aqueles que o mundo atual necessita para “manter a sua economia e estilo de vida”.

[...] o Brasil mantém posicionamentos próprios em questões de relações internacionais, assim como disputa espaços econômicos, o que, não raro, afeta interesses de outros atores. Por essa razão, o Brasil apresenta variados graus de exposição a riscos e oportunidades para sua segurança e desenvolvimento.

O BGS realizou sua avaliação do risco através de uma série de testes que começam com “abundância crostral” (o quanto um elemento está próximo da superfície),

seguido por distribuição de reservas, concentração da produção e estabilidade política do principal país produtor. Devido a essa forma de cálculo, o nióbio ficou perto do topo da escala de risco, no nível 8, porque é raro, concentrado tanto em seu local de produção quanto no local de reserva, ambos localizados no “relativamente politicamente instável” (“*modestly politically unstable*”) Brasil, cujas reservas estima-se contemham entre 87% e 90% do nióbio mundial (TREADGOLD, 2011).

7 Considerações Finais

O Brasil, para além do fato de ser fornecedor de matérias-primas vitais para outros países, é *player* no tabuleiro mundial - ainda que seu peso específico ainda não seja significativo em termos de decisões de caráter global.

Com maior ou menor inserção, o País desenvolve atividades em diversos cenários que apresentam conflitos econômicos e geopolíticos entre nações e corporações multinacionais. Como qualquer país in-

dependente, o Brasil mantém posicionamentos próprios em questões de relações internacionais, assim como disputa espaços econômicos, o que, não raro, afeta interesses de outros atores. Por essa razão, o Brasil apresenta variados graus de exposição a riscos e oportunidades para sua segurança e desenvolvimento.

Simultaneamente, o território continental e marítimo brasileiro possui expressivas reservas de fontes energéticas e de matérias-primas estratégicas, situação que serve aos interesses nacionais, mas, ao mesmo tempo, consta da análise de futuras necessidades de outros países, alguns com capacidade de projeção de poder além de seus territórios.

A conjunção desses fatores político-estratégicos nacionais – somada a outros, como manutenção de programa nuclear próprio de ciclo completo e advento de grandes eventos de cunho mundial no País – sinaliza a necessidade da compreensão do caráter complexo dos riscos e oportunidades para o Brasil, no presente e no futuro próximo.

Referências

BRZEZINSKI, Zbigniew K. *The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997. Disponível em: <<http://www.takeoverworld.info/grandchessboard.html>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BUNEL, Pierre-Henri. *Al Qaeda: The Database*. Global Research: Centre for Research on Globalization, 20 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/al-qaeda-the-database-2/24738>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *Guerra e Globalização: antes e depois de 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

FERGUSON, James R. *Geopolitics of the Silk Road: New Economic and Strategic Opportunities*. Eurasia, Lecture 10, Queensland, Australia, Department of International Relations, Bond University. Disponível em: <<http://www.international-relations.com/wbeurasia/wblec10.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

MCGOARTY, Daniel e WIRTZ, Sandra. Reviewing Risk: Critical Metals & National Security. *American Resources Policy Network Report*, June 6, 2012. Disponível em: <<http://www.americanresources.org>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

MARSHALL, Andrew Gavin. *The Imperial Anatomy of Al-Qaeda*. The CIA's Drug-Running Terrorists and the "Arc of Crisis". Montreal, CA: Global Research: Centre for Research on Globalization, 4 sept. 2010. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/the-imperial-anatomy-of-al-qaeda-the-cia-s-drug-running-terrorists-and-the-arc-of-crisis/20907>>. Acesso em: 7 mar 2013.

PROJECT FOR THE NEW AMERICAN CENTURY (THE). *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. Washington, DC.: PNAC, sept. 2000. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org>>. Acesso em: 27 ago. 2012.

SILVA, Ricardo Luís Pires Ribeiro da. *A nova rota da seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia Central*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

VERRASTRO, Frank A. et al *The geopolitics of energy: emerging trends, changing landscapes, uncertain times*. Washington, DC.: Center for Strategic and International Studies, oct. 2010. Disponível em: <http://csis.org/files/publication/101026_Verrastro_Geopolitics_web.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

TREADGOLD, Tim. Minerals and the risk factor. *Eureka Report*, Melbourne, AU, 28 sept. 2011. Disponível em: <<http://www.eureka-report.com.au/article/2011/9/28/commodities/minerals-and-risk-factor>>. Acesso em: 27 ago. 2012.